

POLÍTICA GERAL DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Tem por objetivo o compromisso com a segurança das informações dos Participantes do PLANJUS e visitantes do Site JUSPREV (<https://www.jusprev.org.br/>), estabelecendo diretrizes e procedimentos para o tratamento dos dados pessoais, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018), com o Marco Civil da Internet (Lei n.º 12.965, de 23 de abril de 2014) e com a Resolução n.º 32/2019, do Conselho Nacional de Previdência Complementar.

A JUSPREV valoriza a privacidade de seus Participantes e esta Política de Privacidade demonstra o compromisso em proteger seus dados pessoais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados, bem como descrever de que forma será efetivada essa proteção ao coletar, tratar e armazenar informações pessoais.

O acesso ao conteúdo aberto no Site da JUSPREV é livre e gratuito. Eventuais dados e informações pessoais coletadas serão tratados e apresentados para fins estatísticos de forma anonimizada, de maneira a não permitir qualquer identificação dos dados pessoais de seus visitantes.

CONCEITOS GERAIS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Dado Pessoal: É a informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, ou seja, qualquer informação que permita identificar, direta ou indiretamente um indivíduo, é considerada um dado pessoal. Exemplos: nome, RG, CPF, gênero, data e local de nascimento, número do telefone, endereço residencial, endereço eletrônico (e-mail), dados de localização via GPS, placa de automóvel, imagem fotográfica ou computacional, cartão bancário, entre outros.

Dado Pessoal Sensível: Diz respeito aos dados que revelam informações pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou à organização de caráter religioso, filosófico ou político, saúde ou vida sexual, genética ou biometria.

Dado Anonimizado: É o dado relativo a um indivíduo que não possa ser identificado, pois passou por algum meio técnico de tratamento para garantir sua desvinculação, direta ou indireta, a uma pessoa.

RESPONSÁVEIS

Controlador: Pode ser uma pessoa natural ou pessoa jurídica, de direito público ou privado, a quem compete às decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, ou seja, o controlador é responsável pelo tratamento dos dados.

- O Controlador tem as seguintes competências, além de outras previstas na LGPD:
- Manter registro das operações de tratamento de dados pessoais;
- Elaborar relatório de impacto à proteção de dados pessoais, inclusive dados sensíveis, relativo ao tratamento de dados;
- Orientar o operador quanto ao tratamento de dados, segundo instruções internas da legislação vigente e das regulamentações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Na JUSPREV, o Controlador é a Gerente Geral, Deborah Nogueira Traldi Maggio.

Informações de contato: E-mail: jusprev@jusprev.org.br

Operador: É a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome e por ordem do controlador.

Na JUSPREV, o operador é a Sinqia, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome e por ordem do controlador da JUSPREV. <https://www.sinqia.com.br/>.

Encarregado: É a pessoa indicada pelo controlador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

De acordo com a LGPD, o Encarregado é responsável por:

- Receber as reclamações e comunicações dos titulares, responder e adotar providências;
- Receber as comunicações da ANPD e adotar as providências necessárias;
- Orientar todos os colaboradores da instituição sobre as práticas a serem realizadas em relação à proteção de dados pessoais; e,
- Executar outras atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares pela ANPD.

Na JUSPREV, o Coordenador de Tecnologia da Informação, Fabiano Baia Bonifacio, é o Encarregado pelo tratamento de dados pessoais.

Informações de contato: E-mail: gti@jusprev.org.br

TRATAMENTO DE DADOS

O tratamento de dados pessoais é qualquer ação com dados pessoais, como coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Segundo a LGPD, as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

- Finalidade legítima, específica e explícita, que deve ser informada ao titular. É vedado o tratamento posterior dos dados para outras finalidades e fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;
- Adequação do tratamento dos dados, que deve ser compatível com as finalidades informadas ao usuário;
- Necessidade do tratamento dos dados limitada aos objetivos para os quais serão processados, abrangendo somente os dados pertinentes, proporcionais e não excessivos, em relação à finalidade do tratamento dos dados para a qual foram coletados;
- Livre acesso: A consulta sobre forma, duração do tratamento e integralidade de seus dados pessoais deve ser gratuita e facilitada aos titulares;
- Qualidade dos dados: Também é garantido aos titulares que os seus dados sejam tratados e apresentados com exatidão, clareza, relevância, além de serem atualizados de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;
- Transparência: Garantia aos titulares de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;
- Segurança e Prevenção: Garante a utilização de medidas técnicas e administrativas adequadas ao tratamento e proteção de dados pessoais quanto aos acessos não autorizados e as situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- Não Discriminação: Diz respeito à proibição do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;
- Responsabilização e Prestação de Contas: O agente deve demonstrar que tomou as providências necessárias e medidas eficazes para o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais.

BASES LEGAIS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado de acordo com o exposto e inequívoco **consentimento** do Participante ou, ainda, nas seguintes hipóteses:

- Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- Pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV da LGPD;
- Para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- Quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;
- Para o exercício regular de direitos em processos judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei n.º 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);
- Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;
- Para a tutela da saúde, em procedimento realizado por profissionais da área da saúde ou por entidades sanitárias;
- Para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;
- Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais; ou
- Para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.

Entende-se o **legítimo interesse** do controlador como base legal para tratamento de dados pessoais em situações de apoio e promoção às suas atividades ou, ainda, à proteção do exercício regular de seus direitos ou da prestação de serviços que o beneficiem, respeitados os direitos e liberdades fundamentais do titular dos dados.

Nesse caso, a finalidade deve ser indicada e pautada em fundamentações claras e legítimas, a partir de situações concretas, e somente serão coletados os dados estritamente necessários para essa finalidade.

CONSENTIMENTO

- O consentimento referente à coleta de dados do usuário é obtido de forma livre, expressa, individual, clara, específica e legítima, e, poderá ser revogado a qualquer momento pelo Participante.
- O consentimento é dispensado para o tratamento de dados pessoais tornados manifestamente públicos pelo titular, desde que seja realizado de acordo com a finalidade, a boa-fé e o interesse público, resguardados os direitos do titular.
- O Participante tem o direito de negar ou retirar o consentimento fornecido à JUSPREV, o que poderá encerrar a consecução dos serviços relacionados a essa base legal de tratamento de dados pessoais.
- Ao acessar o conteúdo do site e aplicativos do domínio jusprev.org.br, o visitante está consentindo com a presente Política de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais e autoriza a coleta e o tratamento dos dados conforme os princípios e diretrizes descritas neste documento.
- Caso não esteja de acordo com esta normativa, poderá descontinuar o seu acesso.

Para revogação do consentimento expresso fornecido, basta registrar seu pedido em: jusprev@jusprev.org.br

FINALIDADE

- A coleta de dados tem por finalidade atuar de forma eficaz e proporcionar melhorias na experiência dos usuários com os serviços oferecidos pela JUSPREV.
- Em muitos casos, o tratamento de dados pessoais tem por finalidade a prestação dos serviços administrativos, ou, ainda, para o exercício de direito, nos termos da legislação vigente.
- A maior parte desses dados é solicitada de maneira explícita por meio de formulários eletrônicos. Esses dados serão usados exclusivamente para atender às solicitações enviadas à Central de Relacionamento da JUSPREV ou para novas contratações do Plano de Benefícios administrado pela JUSPREV.
- O site da JUSPREV utiliza dados extraídos do Google Analytics apenas para fins estatísticos e aprimoramento da experiência do usuário, como subsídio para a melhora da qualidade do Site e disponibilização de informações.
- Caso ocorram mudanças da finalidade para o tratamento de dados pessoais, não compatíveis com o consentimento original, o titular será informado previamente, garantido o direito de revogar o consentimento, se discordar das alterações.

TIPOS DE DADOS COLETADOS

Durante a navegação, a JUSPREV poderá coletar os seguintes dados e informações de identificação para realização de cadastro em formulário próprio e para a finalidade que se destina, conforme exemplos citados a seguir.

- Informações de Contato: Inclui qualquer tipo de dado de contato: Nome, endereço residencial, endereço eletrônico (e-mail) e números de telefone.
- Informações de Login: Inclui informações para se identificar e autenticar acesso aos registros realizados, incluindo seu login e senha.
- Informações Demográficas: Inclui informações sobre dados demográficos, como data de nascimento, idade ou faixa etária, gênero, localização geográfica.
- Informações Técnicas: Inclui informações sobre seus equipamentos computacionais ou dispositivos móveis, como, registro do endereço IP utilizado para conectar seu computador ou dispositivo à internet, incluindo sua localização geográfica, tipo de sistema operacional e do navegador da web.
- Informações sobre a contratação do PLANJUS, para a efetivação da responsabilidade, direitos e deveres durante a vigência da fase de contribuição e recebimento de benefícios.
- Informações sobre navegação no site e serviços: Inclui informações sobre as páginas e conteúdos do nosso Site Institucional e outras informações estatísticas sobre suas interações, como tempos de resposta a conteúdo e duração do acesso, disponibilidade do serviço, entre outros.
- Informações Financeiras e de Pagamentos: Para fins de contratação do Plano de Benefícios (PLANJUS), através do Site da JUSPREV, para atender solicitações ou alterações de pagamentos. As coletas dos dados financeiros e de pagamentos são processadas em conformidade com as leis, normas e padrões de segurança aplicáveis à prestação de serviço.

RECURSOS TECNOLÓGICOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS

Esta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais se aplica somente aos recursos tecnológicos disponibilizados pela JUSPREV e não abrange serviços de terceiros disponibilizados por intermédio do site da JUSPREV, os quais deverão ter seus próprios termos e políticas de privacidade.

Todos os recursos disponibilizados podem ser utilizados para coleta de dados pessoais. Isso inclui tanto o site como os serviços ou aplicativos de terceiros:

- Correio eletrônico e sistemas de troca de mensagens instantâneas;
- Serviços utilizados para manter comunicações eletrônicas (WhatsApp e similares);

- Aplicativos móveis;
- LinkedIn;
- Instagram
- Facebook; e
- Youtube.

TRATAMENTO DE DADOS SENSÍVEIS

- A JUSPREV realiza o tratamento de dados sensíveis de acordo com o consentimento do titular, ou do seu responsável legal, de forma específica e destinada às finalidades específicas.
- Esse consentimento é dispensado para o cumprimento de obrigação legal, execução de políticas públicas, realização de estudos com a anonimização dos dados pessoais sensíveis, no exercício regular de direitos em contrato, processos judiciais, administrativos e arbitrais, para a proteção da vida e segurança física das pessoas, tutela da saúde em procedimento realizado por profissionais de saúde ou autoridade sanitária e prevenção à fraude.
- Nos casos da dispensa do consentimento para que a JUSPREV cumpra obrigação legal ou execute políticas públicas de sua competência será dada publicidade dos fatos.

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES

- O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes na JUSPREV tem a finalidade de atender seu melhor interesse e é realizado com o consentimento expresso e em destaque de um dos pais ou responsável legal, bem como específico quanto à finalidade do tratamento.
- Será publicada a informação sobre os tipos de dados coletados, a forma de sua utilização e os procedimentos para o exercício dos direitos de proteção dos dados pessoais.

TÉRMINO DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

De acordo com a LGPD, o término do tratamento de dados pessoais pela JUSPREV ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- Verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada;
- Fim do período de tratamento;
- Comunicação do titular quanto à revogação do consentimento, resguardado o interesse público; ou
- Determinação pela autoridade nacional, quando houver violação à proteção de dados pessoais.

A JUSPREV realiza o tratamento de dados pessoais pelo tempo necessário para cumprir a finalidade para os quais foram coletados. Quando do término do tratamento, os dados pessoais serão eliminados, sendo autorizada a conservação nas situações previstas na legislação vigente.

TRATAMENTO DE DADOS PELA JUSPREV

Nos termos da LGPD, o tratamento de dados pessoais realizado pela JUSPREV atende à sua finalidade para cumprimento de suas atribuições para a prestação dos serviços administrativos ou de interesse de seus Participantes.

COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Quando destinados à prestação dos serviços de sua competência, a JUSPREV realiza o compartilhamento dos dados pessoais de acordo com a interoperabilidade dos seus sistemas e serviços de tecnologia da informação.

O uso compartilhado de dados será realizado no cumprimento de suas obrigações, com organizações públicas ou privadas, de acordo com a finalidade admitida na legislação pertinente, resguardados os princípios de proteção de dados pessoais.

Sendo assim, a JUSPREV somente poderá compartilhar dados pessoais com os seguintes tipos de organizações:

- **Provedores de Serviços:** Empresas contratadas para auxiliar diretamente ou indiretamente na manutenção dos serviços administrativos, financeiros e tecnológicos. Esses provedores de serviços e seus colaboradores selecionados, só estão autorizados a acessar dados pessoais para tarefas específicas que forem requisitadas a eles, com base em instruções determinadas sobre a proteção de dados pessoais. Em caso de violação, respondem solidariamente conforme a legislação vigente.
- **Serviços de Guarda de Documentos:** Em casos de registros de dados pessoais em documentos físicos, relacionados à finalidade de contratação ou alterações do Plano de benefícios da JUSPREV.
- **Órgãos e Entidades Públicas:** No exercício de suas atribuições legais e regulatórias, com requisito de obrigatoriedade legal por parte da JUSPREV.

O compartilhamento de dados pessoais realizado pela JUSPREV com outras instituições públicas ou privadas deverá observar a conformidade com a LGPD.

DIRETRIZES PARA A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Atendendo ao disposto na Resolução n.º 32/2019 – CNPC, a JUSPREV disponibiliza através de seu Site e Aplicativo, informações com linguagem clara e acessível, de modo público e restrito, mantendo regularidade nas atualizações e com infográficos, tabelas e lâminas que facilitam o entendimento.

A comunicação das informações atualizadas é disponibilizada através de plataformas digitais e e-mail marketing.

DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS

O titular dos dados pessoais que faz uso do site e/ou recursos tecnológicos disponibilizados pela JUSPREV poderá, a qualquer tempo e, por meio de requisição específica, obter informações sobre o tratamento de seus dados pessoais, garantidos os seguintes direitos:

- Livre acesso, facilitado e gratuito;
- Confirmar existência, acessar, revisar, retificar, e/ou requisitar uma cópia eletrônica da informação dos seus dados pessoais;
- Requisitar detalhes sobre a origem ou o compartilhamento com terceiros;
- Limitar o uso e divulgação de seus dados pessoais;
- Solicitar a anonimização, bloqueio, eliminação, portabilidade e oposição de seus dados pessoais;
- Revogar o consentimento, excetuando-se as situações previstas na legislação, e receber informações sobre as consequências do não consentimento ao uso de seus dados pessoais.

Esses direitos podem ser requisitados pelo titular à JUSPREV por meio do e-mail: jusprev@jusprev.org.br.

Para questões não solucionadas pelo Controlador, caberá ao titular dos dados pessoais apresentar reclamação à ANPD.

TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

Segundo a LGPD, a transferência internacional de dados pessoais somente será permitida nos seguintes casos:

- Para países ou organismos internacionais com grau de proteção de dados pessoais adequado;
- Comprovação de garantias de cumprimento dos princípios, dos direitos do titular e do regime de proteção de dados pessoais, tais como: cláusulas contratuais específicas, cláusulas-padrão dos contratos, normas corporativas globais, selos e certificações regularmente emitidos;
- Cooperação jurídica internacional entre órgãos públicos de inteligência, para fins de investigação;

- Proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;
- Autorização da ANPD;
- Compromisso assumido em acordo de cooperação internacional;
- Execução de política pública ou atribuição legal do serviço público;
- Mediante consentimento específico e em destaque do titular dos dados pessoais;
- Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- Execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular; e,
- Exercício regular de direitos em processos judicial, administrativo ou arbitral.

Considerando a prestação do serviço administrativo ou judicial, a transferência internacional de dados pela JUSPREV será realizada com fundamento nas bases legais estabelecidas nesta Política e nos termos da legislação vigente.

BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA E GOVERNANÇA

- Em conformidade com os princípios da LGPD e com as boas práticas de segurança da informação e de proteção de dados pessoais, a JUSPREV garante que os dados pessoais coletados via Site são tratados de forma íntegra e segura, de acordo com os padrões de segurança da informação, confidencialidade e integridade, pelo tempo necessário para realizar as finalidades para as quais foram coletados.
- No entanto, é necessário esclarecer que nenhum sistema é completamente seguro. Conforme previsto na legislação, as medidas de segurança existentes consideram a natureza dos dados e de tratamento, os riscos envolvidos, a tecnologia existente e sua disponibilidade.
- Os dados pessoais tratados pela JUSPREV são considerados sigilosos e somente serão acessados por pessoas autorizadas e capacitadas para lhes conferir o tratamento adequado, conforme medidas de segurança adequadas para a proteção contra acesso não autorizado, alteração, divulgação ou destruição de dados pessoais coletados e armazenados.
- Caso haja solicitação do titular, os dados pessoais coletados poderão ser excluídos antes do prazo. No entanto, por motivos legais, por determinação judicial ou para fins de auditoria e segurança, eles poderão ser mantidos por período superior, findo o qual, serão excluídos com uso de métodos de descarte seguro.
- Caso o usuário retire seu consentimento para finalidades fundamentais ao funcionamento do(s) serviço(s) do site, sistemas ou aplicativo, algumas funcionalidades poderão ficar indisponíveis.

- Em caso de incidente de segurança que envolva dados pessoais, a ocorrência será comunicada à ANPD e ao titular quando envolver risco ou dano relevante.
- A comunicação sobre a descrição da natureza, riscos, titulares envolvidos, medidas técnicas e de segurança utilizadas, risco e medidas adotadas para o tratamento do incidente, será feita conforme o prazo definido pela ANPD.

POLÍTICA DE COOKIES

Cookies são pequenos arquivos de texto que guardam determinados dados sobre o usuário ao acessar sites ou serviços na internet.

Os cookies são utilizados para garantir o bom funcionamento de sites e demais serviços online, assim como para fornecer informações sobre o endereço IP, tipo de navegador, sistema operacional, páginas visitadas, duração da visita, entre outras.

Ao acessar o conteúdo do Site, sistemas e aplicativos do domínio jusprev.org.br, poderão ser coletados cookies pelo navegador. Nós utilizamos cookies para melhorar o uso e a funcionalidade do nosso Site e dos serviços disponíveis para a contratação do Plano de Benefícios, bem como o acesso aos dados. Os cookies também fornecem informações que ajudam a entender melhor como os usuários utilizam nosso Site.

Portanto, o uso de cookies no Site da JUSPREV e em recursos online, possui as seguintes finalidades:

- Tratamento de problemas técnicos;
- Manutenção da proteção e segurança;
- Compreender como são utilizados os recursos disponíveis no Site;
- Adaptação de disponibilização de conteúdo conforme os dados de utilização.

Para atingir essas finalidades, a JUSPREV utiliza os seguintes tipos de cookies:

- Cookies de Sessão: São cookies de uso temporário, excluídos no momento em que o usuário fecha o seu navegador.
- Cookies Persistentes: São aqueles cookies que permanecem no seu navegador até você deletá-los manualmente ou até o seu navegador deletá-los de acordo com o período de duração estabelecido pelo cookie.

- Cookies Necessários: São cookies estritamente necessários para a operação de um site ou serviço de internet. Eles permitem que o usuário navegue pelo site e use todos os recursos necessários para atendimento da operação.

A maioria dos navegadores permite que o usuário estabeleça regras para avisá-lo antes de aceitar cookies ou simplesmente recusá-los. Entretanto, se o usuário recusar o uso de cookies, nem todos os recursos de navegação no site e nos serviços poderão ser acessados.

ALTERAÇÕES À PRESENTE POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Esta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais poderá ser alterada a qualquer tempo, caso haja necessidade.

Por isso, recomenda-se que seja consultada com regularidade e verificada a data de modificação.

FALE CONOSCO

Para qualquer dúvida relacionada às informações desta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, ou, caso queira tratar sobre assuntos que envolvam seus dados pessoais, entre em contato através dos seguintes endereços eletrônicos:

Controlador: DEBORAH NOGUEIRA TRALDI MAGGIO

E-mail: jusprev@jusprev.org.br

Encarregado: FABIANO BAIA BONIFACIO

E-mail: gti@jusprev.org.br